

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

Saneamento urbano e problemas sociais em tempos de epidemia. Campinas, final do século XIX.

Martins, Valter.

Cita:

Martins, Valter (2005). *Saneamento urbano e problemas sociais em tempos de epidemia. Campinas, final do século XIX. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/466>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xº JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTÓRIA

Rosário, 20 al 23 septiembre de 2005

Título do trabalho: Saneamento urbano e problemas sociais em tempos de epidemia. Campinas, final do século XIX

Mesa temática nº 49: História de políticas públicas de salud, enfermedades e instituciones en Argentina y América Latina em los siglos XIX y XX

Autor: Valter Martins

Cargo: Professor- Doutor Colaborador

Pertenencia institucional: Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG (BRASIL).

Direción: Rua Machado de Assis, 290 – ap. 302. Curitiba (PR) – Brasil
CEP – 80030-370

Teléfono: (55) 41 3253-3877

E.mail: batvalter@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, a cidade de Campinas destacou-se no cenário econômico da província (depois estado) de São Paulo, Brasil, com sua grande produção de gêneros tropicais para exportação. Durante as primeiras décadas do século o açúcar foi a base da economia local, escoada para o porto de Santos através das tropas (MARTINS, 1996). Durante a década de 1840 a cafeicultura ocupou cada vez mais terras e mão-de-obra, tornando-se em pouco tempo a principal atividade econômica do município, que seria responsável por grande parte das exportações do produto durante a segunda metade do século XIX. O avanço da lavoura cafeeira transformou a paisagem rural, urbana e a sociedade campineira. A crescente necessidade de braços para os cafezais em expansão motivou as primeiras experiências com trabalhadores imigrantes da região.(DAVATZ, 1980)

Consolidada como a mais importante fonte de divisas para o país, a exportação de café para os Estados Unidos e Europa fez de Campinas uma cidade que experimentou os encantos e desencantos decorrentes da rápida acumulação de capital. Sua população cresceu rapidamente e se diversificou com a chegada de grande número de escravos e estrangeiros para trabalharem nas lavouras de café.

O capital gerado pela exportação de café possibilitou uma série de transformações urbanas, especialmente a partir dos anos 1870. A cidade passou a contar com transportes coletivos (bondes puxados por animais), ferrovias, telefone, hospitais, bancos, iluminação a gás, comércio sofisticado de roupas e alimentos, cafés elegantes, fábricas e um cemitério fora da área urbana seguindo normas higiênicas ainda bastante influenciadas pela teoria miasmática.¹ Dizia-se na época que Campinas 'civilizava-se'. Luxos para poucos, pois a maior parte da população da cidade era pobre, constituída por escravos, libertos ou imigrantes.(Cf.: LAPA, 1996. MARTINS, 2001. SEMEGHINI, 1991)

E foi assim, com tanto progresso e riqueza material e alguns cuidados com a salubridade e a reorganização urbana, que, em 1889, a cidade sofreu o impacto de uma terrível epidemia de febre amarela, obrigando a mobilização das autoridades na tentativa de debelar o morbo e impedir que a notícia de epidemias e insalubridade no planalto paulista afetasse a economia de Campinas e região e a política de imigração em curso naquele momento.

FEBRE AMARELA: A PESTE EM CAMPINAS

Aos poucos as pessoas foram caindo doentes. Logo o número de acometidos aumentou muito e surgiram os primeiros óbitos que em breve somaram centenas. A epidemia naquele ano era diferente. Não se tratava da varíola de epidemias anteriores e que havia deixado marcas nos corações e faces de muitos moradores de Campinas. Para surpresa de todos, tratava-se da febre amarela, doença que durante muito tempo fora considerada pelos próprios

médicos como típica do litoral. Quem poderia esperá-la na altitude e no clima mais ameno do planalto paulista?

O escritor Julio Ribeiro descreveu a desoladora situação da cidade no início do mês de abril de 1889:

“Poder-se-ia dizer com Edgard Allan Poe que a morte de máscara amarela assenhoreou-se de Campinas, que nessa cidade um fantasma impalpável, envolto em longo sudário de bruma, perambula pelas ruas, vagueia nas praças, invade as casas, penetra nos templos, semeia por toda parte o aniquilamento e o terror. Campinas já não é o soberbo empório do café, já não é a capital agrícola, já não é a princesa radiante do oeste: é uma cidade Níobe, é uma necrópole, é um cemitério. Os renques extensíssimos de casas fechadas como túmulos; as pedras do calçamento, lugubramente tintas de piche, aquecidas quase ao rubro pelos raios comburentes de um sol ardentíssimo; o acre cheiro empireumático do alcatrão queimado, casando-se estranhamente ao odor mórbido, ao odor dos pesteados moribundos e mortos; o desalento pintado no rosto do raro transeunte que, a passos largos, quase a correr, sai em cata de socorros para mais uma vítima que tomba — tudo abate, dissolve, aniquila o ânimo de quem contempla as quase ruínas da cidade flagelada, e aos lábios trêmulos acode uma palavra, não proferida, mas soprada a medo como um hálito tênue de brisa — ASSOLAÇÃO... E aos horrores da peste, vêm-se juntar os horrores da fome; às cãibras cruais produzidas pelos estragos das ptomaínas, vêm-se juntar às câimbras temerosas do estômago em vacuidade. Não há comércio, não há comerciantes, não há gêneros, não há víveres: há somente peste e há somente fome”. (**Diário de Campinas**, 11/04/1889, p.1)

Em seu estilo naturalista, Julio Ribeiro apresentava a terrível realidade da cidade de Campinas, tomada pela epidemia. Como por encanto, as ruas agitadas pelo trânsito dos bondes, carroças e transeuntes tornaram-se vazias e tristes. O movimento contínuo das correias e engrenagens, o ruído das oficinas onde os operários trabalhavam em meio ao vapor desprendido das caldeiras, cederam lugar à paralisia, ao silêncio. No meio das ruas e praças despovoadas ardiam fogueiras que consumiam as roupas das vítimas, deixando no solo um rastro de manchas negras, pegadas da febre. Enquanto os médicos cumpriam seu dever mesmo sem saber a real causa do flagelo, divergindo bastante sobre seu

¹ Teoria miasmática, veja: CORBIN, 1987

tratamento, muita gente se mobilizava para socorrer a 'cidade febril'. No Rio de Janeiro, cidade muitas vezes assolada pela febre amarela, a solidária Imprensa Fluminense promoveu concertos musicais e apresentações teatrais em favor das vítimas da febre em Campinas. O avançar da calamitosa situação colocou finalmente na ordem do dia a difícil questão da fome. Muitos dos que permaneceram na cidade eram pobres entre os quais havia doentes que necessitavam de ajuda para pelo menos não sucumbirem de inanição. (SANTOS FILHO e NOVAES, 1996)

O abastecimento urbano naquelas alturas estava seriamente comprometido. A notícia da grave epidemia espalhou-se rapidamente e o medo afastou os pequenos agricultores da cidade. As carroças de verduras, legumes, leite e aves que diariamente afluíam ao mercado grande e de hortaliças desapareceram, como os quitandeiros ambulantes. A maioria dos comerciantes fechou seus armazéns e se refugiou no campo ou em São Paulo. Das várias dezenas de açougues então existentes apenas uns poucos continuavam com as portas abertas, incapazes de atender à demanda por carne verde (fresca) ainda que bastante reduzida com a fuga em massa da população. Além da epidemia, um fator decisivo para o fechamento da maioria dos açougues foi o tabelamento do preço da carne imposto pela Câmara Municipal, visando o benefício dos consumidores. O comércio de carne ficou prejudicado, porque o preço máximo do quilo estabelecido pelos vereadores era 35% mais baixo do que o preço pago pelos açougueiros ao matadouro que fornecia o produto. Nessas condições, para manter um açougue aberto era necessário arcar com prejuízos certos — poucos foram os que serviram a população.² Comprar alimentos obrigava as pessoas a uma verdadeira peregrinação em busca de algum eventual armazém aberto. Indicadas para as dietas dos doentes, as poucas galinhas que apareciam nos quase desertos mercados eram logo vendidas, apesar dos preços elevados que atingiam nas mãos de especuladores oportunistas. A epidemia colocou em fuga

² Entre eles, Antonio Leite de Freitas Penteado, Francisco Leite Penteado, Alfredo Juvenal, Godofredo Hoff e a viúva Meissner. Após a epidemia, solicitaram à Câmara Municipal a isenção do imposto relativo aos meses de abril, maio e junho em atenção aos grandes prejuízos que sofreram. Seu pedido, porém, foi indeferido. Veja: **ACMC**, 12/08/1889

até mesmo o inspetor do mercado, José Benedito Camargo Pedroso, que não por coincidência pediu à Câmara um mês de licença deixando em seu lugar Augusto dos Santos Ferraz.

“Os gêneros de primeira necessidade escassearam e estão por preços fabulosos (...) Vê-se, pois, que a alta dos gêneros alimentícios contribui para aumentar as dificuldades que a epidemia criou para as classes pobres (...). A miséria bateu-lhes às portas e a fome ameaça-os de morte inevitável...” (**ACMC**, 11/03/1889)

A epidemia deixou ainda mais evidentes as desigualdades sociais da opulenta Campinas do café, camufladas pelos cortiços e becos, remediadas apenas pela filantropia. Naquela situação de pânico geral, muitas famílias abastadas que prestavam assistência aos necessitados deixaram a cidade, agravando o já difícil cotidiano daqueles que dependiam da generosidade alheia para sobreviverem. Criticava-se no início de abril a ajuda financeira, “ridícula, humilhante”, enviada aos flagelados de Campinas pelo governo imperial. Criticavam-se os poderes públicos imperiais e provinciais de se omitirem em tão grave momento. “Estamos em pleno reinado do egoísmo que começa no Sr. conde D’Eu [genro do imperador Pedro II] e termina no último dos seus ministros. Os administradores das províncias não são mais do que o reflexo do indiferentismo ganancioso pretendente do terceiro reinado”. O descontentamento demonstrado pelo **Diário de Campinas** ante à decepcionante ação do governo central, desdobrou-se em um verdadeiro protesto anti-monárquico:

“O povo que morra à fome! O pobre não tem direito à vida! A peste que faça uma devastação geral! Só assim, a pobreza deixará de mendigar os sobejos das bacanais palacianas! Às batalhas de flores, cortesãos! Aos festins áulicos da grande Corte! Ao estalar o champagne que se afoguem os gemidos dos miseráveis! O pobre não tem direito à vida!”. (**Diário de Campinas**, 05/04/1889, p.1)

Ações de ajuda aconteceram. Os vigários das paróquias de Santa Cruz e Conceição entenderam-se com uma padaria para que se fizesse a distribuição gratuita de pão aos pobres enquanto durasse a epidemia. Ainda assim, essa medida de reconhecida importância não era suficiente para resolver o problema da fome. Os estoques de alimentos se esgotavam rapidamente. Nesse momento,

fundou-se a Sociedade Protetora dos Pobres, iniciativa do proprietário do **Diário de Campinas**, Alberto Sarmiento. Mobilizando esforços dentro e fora do município e sem auxílio do governo, a ‘Protetora’ estabeleceu seu quartel general no salão de espetáculos Rink Campineiro, em área não muito distante do centro da cidade, no qual armazenava os donativos recebidos e em cujas portas procedia a distribuição de alimentos aos necessitados. Uma comissão da ‘Protetora’ percorria os domicílios para indagar sobre as necessidades das famílias, verificando em suas visitas situações dramáticas de fome, doença e abandono. Só no dia 14 de abril foram distribuídos alimentos a 800 pessoas: feijão, arroz, sal, carne seca, açúcar, farinha e também frangos para os doentes. Listas com os donativos e respectivos doadores eram divulgadas no **Diário de Campinas**. Firms da cidade, comerciantes, municípios vizinhos, cidadãos ilustres e anônimos, ajudavam a abastecer o depósito da ‘Protetora’, salvando vidas e aliviando o sofrimento de muitos desvalidos. Outra sociedade humanitária fundada durante a epidemia de 1889 foi a Cruz Verde, que distribuía alimentos e remédios aos membros carentes da colônia italiana, bastante afetada pela febre amarela. (**Diário de Campinas**, 09 e 16/04/1889, p.1 e p.2. CARNEIRO, 1891, pp.29-31)

EM NOME DA SAÚDE PÚBLICA

A febre amarela de 1889 (que vitimou a cidade de março/abril a junho) abalou a economia, a demografia e o orgulho de Campinas, que era chamada de “Princesa D’Oeste” e “Capital Agrícola”. A cidade que rivalizava em população e importância com a cidade de São Paulo (a capital da província), perdeu casas comerciais, indústrias e habitantes com a epidemia. Nos anos seguintes, a febre amarela fez novas vítimas na cidade e os terríveis ciclos epidêmicos da doença só seriam interrompidos a partir de 1897, com a ação da equipe do Dr Emilio Ribas,

chefe da Comissão Sanitária do Estado de São Paulo³ que chegou em Campinas em julho de 1896.

Ribas conhecia as experiências e a teoria do médico cubano Carlos Finley, que apontavam como vetor da febre amarela o mosquito *stegomyia fasciata* (depois denominado *aedes aegypti*). Repetindo em Campinas práticas que havia utilizado em outras cidades, Emílio Ribas determinou que fossem inutilizados receptáculos de água estagnada, retificou córregos, vedou poços, drenou quintais e proibiu o uso de tinhas para lavagem de roupas. Resultado: a febre amarela que havia matado 321 pessoas em 1897 no ano seguinte matou apenas 3. Em 1900, a Comissão de Saúde do Exército Norte-Americano, chefiada pelo Dr Walter Reed, repetia em Cuba as experiências de Finley ratificando seus resultados. (SANTOS FILHO e NOVAES, 1996) Medidas que dificultavam a procriação do inseto, como as tomadas por Ribas, ganharam legitimidade, e a polêmica tese sobre os mosquitos foi arregimentando adeptos na comunidade científica.⁴

Assim, com a chegada da Comissão Sanitária e, também da Comissão de Saneamento, que Campinas passou por uma série de intervenções que visavam melhorar sua condição sanitária. Ações que muitas vezes implementaram e reordenaram o que estava sendo feito pelos poderes municipais desde o início da década de 1890, tais como, a construção de uma rede de água e esgoto, a remoção das cocheiras do centro da cidade e a melhora na coleta do lixo. Foi assim que, em 1892, o engenheiro Francisco Sales de Oliveira Jr. apresentou um plano de saneamento para Campinas incluindo calçamento de várias ruas, o aterramento de poços e fossas negras, drenagem dos brejos dos largos Carlos Gomes, Correa de Mello e várzea do gasômetro. Dois anos depois, a lei n.º 29, de 11 de janeiro de 1894, determinava que as construções e reformas de prédios dentro do perímetro urbano teriam que passar pela aprovação do engenheiro municipal. Os requerimentos de licença deveriam ser acompanhados da

³ Com a proclamação da república, em novembro de 1889, as províncias foram denominadas estados.

⁴ Sobre as experiências de Emílio Ribas, em São Paulo, para tentar comprovar a teoria de Finley, veja: ALMEIDA, 2003. Sobre a discussão científica relacionada a febre amarela e sua transmissão, entre outros: BENCHIMOL, 1999

localização, dimensões e descrição sucinta dos aposentos. As leis n.º 41 e a n.º 43 e seus respectivos regulamentos, datadas de 1895 e 1896, alterariam o Código de Posturas de 1880 no que se referia à salubridade e às edificações. As exigências de ordem higiênica e também estética tornaram-se minuciosas, estabelecendo padrões e medidas visando melhor arejamento, iluminação, entre outros quesitos. A cidade foi dividida em três distritos sanitários, sob fiscalização de delegados e inspetores de higiene, que constituíam a Comissão de Higiene Municipal.⁵

Essas melhorias no equipamento urbano, necessárias do ponto de vista da saúde pública, ganharam urgência desde os primeiros casos da febre amarela em Campinas e em outras localidades. Essa infeliz novidade preocupou bastante as autoridades desde 1889:

“A notícia do aparecimento da febre amarela em Campinas, cidade do interior, é um fato grave e que deve ser considerado de grande influência no retardamento do nosso progresso (...) como quer que seja, não convém que no estrangeiro se firme a opinião de que no interior da província de São Paulo há cidades onde a febre amarela toma caráter epidêmico. Melhorar pois as condições da cidade de Campinas é assegurar o futuro da imigração (...)”.(Editorial, **Província de S. Paulo** apud **Diário de Campinas**, 09/03/1889, p.1)⁶

Temia-se que a febre amarela e as más condições sanitárias constituíssem um entrave às correntes imigratórias, que acabariam desviadas de São Paulo para outros países que disputavam com o Brasil mão-de-obra e povoadores, especialmente a Argentina. O saneamento de Campinas, Santos (principal porto de entrada de imigrantes) e de outras cidades era imprescindível para uma boa

⁵ As obras de saneamento da cidade podem ser acompanhadas detalhadamente através da Atas da Câmara Municipal e imprensa. O plano de saneamento de Sales de Oliveira pode ser conferido em: **ACMC**, 17/08/1892. Sobre a lei n.º 29 veja: **CMC**, 1894, pp.3-4. Sobre a lei n.º 43 veja: **CMC**, 1895, pp.21-22. O detalhado regulamento da lei 43 foi publicado somente em 22/09/1896, pouco depois da chegada da Comissão Sanitária a Campinas, veja: **CMC**, 1896, pp.7-13. Sobre a atuação dos Delegados de Higiene e suas atribuições confira a lei n.º 40 e seu regulamento: **CMC**, 1895, pp.11-12, 39-43. Atribuições dos inspetores de higiene, veja resolução n.º 5: **IMC**, 1900, pp.4-5.

⁶ Sobre a febre amarela vista como um obstáculo ao projeto político de imigração, veja: RIBEIRO, 1993. TELAROLLI JR, 1996

propaganda externa da província, carente de braços para suas lavouras de café e para sua indústria nascente.⁷

A Comissão Sanitária, chefiada por Ribas, instalou-se em Campinas com a responsabilidade de fazer o policiamento sanitário, determinar medidas de desinfecção, e zelar pelo rigoroso cumprimento do Código Sanitário Estadual, em vigor desde 1894. Nesse contexto importantes obras, como a canalização dos córregos do Serafim e do Tanquinho (já retificados), que contribuíram para livrar a cidade da febre amarela, foram realizadas pela Comissão de Saneamento, dirigida pelo engenheiro Saturnino de Brito.⁸

A Comissão Sanitária chegou à cidade com plenos poderes conferidos pelo governo estadual para coordenar os trabalhos de combate à febre amarela e saneamento, entrando em choque com a Comissão de Higiene Municipal que acabou extinta. A Comissão Sanitária, de certa maneira, tornou-se senhora da cidade e nos anos em que ali permaneceu muitas de suas ações afetaram diretamente a vida da população, não apenas melhorando a salubridade local mas criando problemas cotidianos de ordem prática. Iniciado dez anos antes das reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, o saneamento de Campinas sob direção dos médicos sanitaristas Emílio Ribas e Theodoro da Silva Bayma incluiu demolições, interdições e milhares de intimações para reformas de casas e prédios, tudo em nome da saúde pública. Os cortiços e habitações coletivas foram combatidos tenazmente pela polícia sanitária, tão temida quanto a polícia comum pois tinha o poder de deixar famílias inteiras sem lugar para morar. (**ACMC**, 03/08/1896)

⁷ Preocupações, mais ou menos explícitas, relacionadas à salubridade, saúde e higiene estiveram presentes nos Códigos de Posturas Municipais de Campinas desde o início do século XIX. Cf.: MARTINS, 2001

⁸ Saturnino de Brito propôs melhorias na captação de água para o abastecimento da cidade e a implantação de um tanque de decantação, incluindo um plano de proteção dos mananciais através de cercamento e arborização dos cursos d'água então utilizados. Recomendou a introdução dos hidrômetros para evitar o desperdício de água, prevendo o aumento do consumo devido ao crescimento da população. Constatou que o coletor de esgotos em breve seria insuficiente, sendo necessária a construção de um outro. Sugeriu também a queima do lixo e sua utilização na agricultura. Veja: ANDRADE, 1992. **ACMC**, 08/02/1898.

A propósito de um relatório que deveria enviar ao governo estadual sobre a atuação da Comissão Sanitária, o Dr. Emílio Ribas solicitou à intendência o número total de demolições e reformas ocorridas na cidade entre agosto de 1896 e dezembro de 1897, juntamente com o número de edificações realizadas nesse período com o visto do engenheiro municipal, Émile Daufresne. Os números não foram obtidos ou porque o registro não havia sido feito ou por outra razão desconhecida... O fato é que o relatório de Emílio Ribas seguiu dia 31 de janeiro de 1898 ao diretor geral do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, Dr. Joaquim José da Silva Pinto, sem as informações que deveriam ter sido fornecidas por Daufresne e com o seguinte comentário: “a par de edificações com todo conforto e higiene, possui uma percentagem elevadíssima de casebres (...) pela grande necessidade de domicílios para aqueles que, em número avultado, procuram se estabelecer nesta próspera cidade”. Mesmo não mencionando o número das demolições e edificações, o relatório forneceu o número de intimações dirigidas pela Comissão Sanitária à população entre agosto de 1896 e dezembro de 1897: 4.310. Para Ribas, essa quantidade não era exagerada, principalmente pelo fato da Comissão ter atuado durante dois períodos pós-epidêmicos. (**APHC**, cx 1898/01, pasta jan.)

Na Campinas do final do século XIX e início do XX, como ocorreu em tantas outras cidades brasileiras e no mundo, o espaço urbano e sua organização ou reorganização passou a ser cada vez mais objeto de intervenções políticas, a fazer parte de um controle sócio-econômico. As mudanças nas relações de produção com o fim da escravidão (em 1888), a imigração, o início da industrialização e do movimento operário, permearam as rápidas transformações urbanas que refletiram a preocupação do poder em garantir abundante força de trabalho bem como favorecer sua reprodução. Para tanto, proporcionar melhores condições de salubridade às classes populares urbanas que viviam em péssimas moradias se colocava como algo necessário e urgente.

No final do Oitocentos, Campinas ainda possuía muitos prédios antigos e, especialmente depois da chegada das Comissões Sanitária e de Saneamento, a pressão sobre seus proprietários foi grande para que se adequassem às normas

do Código Sanitário ou que os demolissem, o que algumas vezes gerou situações inusitadas.

A proprietária da casa n.º 23 da rua Barão de Jaguará, Maria Clementina Bueno Bierrembach, oficiou à intendência pouco tempo depois de ser intimada afirmando que desejava demolir o prédio para edificar um novo, “sendo entretanto impossível obter facilmente operários para tal demolição, atentos às muitas obras exigidas pelas comissões sanitárias e outras, que simultaneamente obrigam a trabalhos em toda a cidade”. Dona Maria Clementina Bierrembach pediu e obteve prorrogação do prazo para início da demolição até 16 de janeiro de 1897. (**Diário de Campinas**, 27/11/1896, p.2) Joaquim de Sousa Toledo, outro intimado a demolir uma casa, na rua José de Alencar, também solicitou prorrogação de seu prazo por não encontrar gente para executar a intimação. Uma nova epidemia de febre amarela (que acabou fazendo pouquíssimas vítimas) havia colocado muitos trabalhadores em fuga. (**APHC**, cx 1896, pasta dez; cx 1897/01, pasta mar.)⁹

Campinas naqueles anos de passagem de um século a outro teve sua pequena ‘era das demolições’. Francisco Matheus, que demoliu uma casa de sua propriedade na rua General Osório n.º 182 após intimação da Comissão Sanitária, solicitou à intendência a isenção dos impostos de água e esgoto, uma vez que não estava mais utilizando aqueles serviços. Da mesma maneira, Domingos Baltazar Gomes, dono das casas de n.º 29, 30 e 31 na rua Santa Cruz e intimado pela Comissão Sanitária a fechá-las imediatamente, acabou optando por sua demolição, pedindo isenção do imposto predial e taxa de água e esgotos. Muitas vezes era mais barato demolir do que realizar as grandes e onerosas reformas

⁹ Em junho e julho de 1897 o engenheiro municipal, Émile Daufresne, enviou à Comissão Sanitária de Campinas listas com as casas e respectivos endereços que em sua opinião deveriam ser demolidas por insalubridade. Eram 71 casas, (três cortiços), espalhadas pelas ruas mais centrais da cidade. Nos versos das listas Emílio Ribas e Theodoro Bayma emitiam seus pareceres concordando ou não com Daufresne. Na maioria dos casos, o parecer do engenheiro era confirmado pelos médicos. Segundo as informações de Daufresne, as casas eram de “construção antiga” e estavam em “péssimo estado de conservação”. Havia também casas “sem asseio, enterradas, com alcovas obscuras e acanhadas”, entre outros tantos problemas apontados. Algumas poderiam até ser salvas mas deveriam passar por “reformas completas” ou “radicais”. Muitas das tais casas já estavam desocupadas e fechadas, aguardando a demolição ou que seus proprietários conseguissem meios para reformá-las. Cf: **APHC**, cx. 1897/01, pasta jun.-jul.

exigidas pelos novos padrões de higiene prescritos no Código Sanitário. (**APHC**, cx 1897/02, pasta out.; cx 1897, pasta jun.)¹⁰

Nem sempre as intimações e multas da Comissão Sanitária eram acatadas. As casas de números 43 e 45 da rua Dr. Quirino, pertencente ao Sr. Sales Leme, continuaram sendo usadas e os moradores “resistindo à pena de demolição e à multa que foram lançadas contra sua permanência”. Um ano depois da intimação, as casas continuavam em pé e ocupadas. Em notícia publicada no jornal **Cidade de Campinas** em 1897, relativa às casas de Sales Leme, a atuação da Comissão Sanitária foi colocada em dúvida:

“A Comissão Sanitária que tem exigido a demolição de muita casa, não pode permitir os consertos desses prédios. Os prédios dos amigos do governo não têm motivos para serem poupados, quando a picareta vai destruindo as casas dos indiferentes, dos pobres e dos não governistas”.

A Comissão Sanitária informou que a demora para demolição das casas de Sales Leme cabia ao Dr. Sousa Brito, inspetor sanitário do distrito onde se localizavam as mesmas, e não ao chefe da Comissão na época, o Dr. Theodoro Bayma (que substituiu Ribas em 1898). Assim, a responsabilidade foi atribuída a uma pessoa, o Dr. Sousa Brito. Existiria alguma razão para isso? Talvez. (**Cidade de Campinas**, 23 e 24/09/1897, p. 2 e p.2)

Todos os prédios vistoriados e considerados insalubres deveriam ser demolidos ou reformados. O Dr. Emílio Ribas, primeiro chefe da Comissão Sanitária na cidade, possuía uma casa na rua Dr. Quirino n.º 64, em frente ao Largo da Cadeia. A casa era dividida em diversos cômodos, ocupados por um folheiro, um açougue e um amolador, sendo a parte restante ocupada por um barbeiro que exercia seu ofício e ali também residia com sua família. O imóvel foi inspecionado pelo engenheiro da Câmara, Émile Daufresne, e pelo inspetor sanitário do 4º distrito, Dr. Sousa Brito, em fevereiro de 1897. Brito afirmou que a visita havia sido realizada na presença do proprietário, tendo constatado que “o

¹⁰ Em geral eram atendidos apenas a isenção da taxa de água e esgotos. Quanto ao imposto predial, a Câmara alegava não poder atender tais pedidos porque continuava a ter encargos de limpeza e iluminação urbanas. Veja um dos trabalhos pioneiros sobre o assunto: ROCHA, 1995

mesmo prédio precisava de radical reforma pelas condições anti-higiênicas em que acha em sua totalidade, desde os fundos até os compartimentos e paredes”. Em 10 de fevereiro, Brito enviou intimação a Ribas para “fazer desocupar no prazo de 8 dias o dito prédio e fechá-lo para, no prazo de 30 dias demolí-lo, juntamente com os cômodos que dão frente para o Largo da Cadeia ou reformá-los de acordo com o plano da Intendência e Lei Municipal, sob penas da lei”.

Em conversa com Sousa Brito, Emílio Ribas alegou não ter entendido muito bem a intimação, motivo pelo qual Brito renovou os termos da mesma citando as normas do Código Sanitário para tais tipos de construção. Em 26 de março, portanto mais de um mês depois de ter recebido a intimação e incorrido em multa, Ribas oficiou à Intendência afirmando que após a vistoria o que havia ficado decidido era que não seria mais permitido que pessoas pernoitassem na casa, retirando-se dali o barbeiro e sua família. Dizendo-se surpreso com a intimação para desocupar e fechar o prédio, requereu que o mesmo continuasse a ser usado por seus inquilinos, “visto estarem os quartos em bom estado de solidez e limpeza, sendo para notar que há bem pouco tempo foram esses quartos caiados”. Não foi possível chegar ao desfecho desse episódio e quem estaria com a verdade mas ficou evidente que até mesmo gente responsável por fazer cumprir o Código Sanitário, tinha certa indisposição quando se tratava de dar o exemplo. Seria o episódio envolvendo o inspetor e o novo chefe da Comissão Sanitária, Theodoro Bayma (amigo de Ribas), uma sutil represália por esse caso ocorrido poucos meses antes? (**APHC**, cx 1897/01, pasta mar.) Independente da resposta, é possível verificar que se mesmo pessoas de boa posição social e até o antigo chefe da Comissão Sanitária recebiam intimações para demolições ou reformas, que dizer da população mais pobre, que morava em casas simples e cortiços?

O problema da moradia vinha se agravando em Campinas. O aumento do número de libertos (ex-escravos) se fixando na cidade, o crescimento da imigração e o fim da escravidão dificultou bastante encontrar onde morar. Com a chegada da Comissão Sanitária muitas casas e cortiços foram demolidos ou permaneceram fechados por meses e até anos. Muitos proprietários não realizavam as reformas exigidas por falta de dinheiro. Sob a justificativa do

saneamento da cidade, a vida de muita gente pobre estava ficando ainda mais complicada, mesmo daqueles que tinham sua própria casa.

Houve situações, porém, em que a reconhecida pobreza de algumas pessoas fez a intendência municipal e a poderosa Comissão Sanitária cederem mesmo diante de casos que não resistiriam à mais grosseira vistoria. O cidadão Simão Rodrigues Antunes foi intimado a demolir sua casa na rua Senador Saraiva n.º 38. Se a intimação não lhe causou surpresa, certamente o deixou bastante preocupado. Antunes enviou um ofício à intendência, solicitando uma vistoria no prédio porque o “suplicante julga não estar ele nos casos de ser demolido; acresce que o suplicante é paupérrimo e fisicamente impossibilitado de trabalhar, não tendo por essa razão recursos além do prédio em questão, com a destruição do qual ficará privado do único abrigo que possui”. Convidado a dar seu parecer, o engenheiro Daufresne informou que a casa era de “construção antiga, meia água, em péssimo estado de conservação, tem alcova, porém não se acha em ruínas; o proprietário pretende apenas proceder a limpeza geral do prédio, pintura e caiação”. Mediante essa informação de Daufresne, Antunes obteve permissão da intendência para realizar apenas a limpeza do prédio, ficando liberado da demolição. (**APHC**, cx 1897/02, pasta ago.)

Outro caso semelhante envolveu uma casinha no Largo Santa Cruz. Sobre tal imóvel, o engenheiro Daufresne escreveu em 18 de outubro de 1897:

“informo que a casa se acha em péssimo estado de conservação e higiene. É de construção antiga, o muro se acha em ruínas, não tem assoalho ou ladrilhos. A casa é dividida em dois quartos em um dos quais encontrei cama, fogão e latrina; existe também torneira sem ralo de esgoto. Julgo, 1º- que nas condições em que se acha a dita casa, não pode continuar a ser habitada; 2º- que ouvido o Sr. Dr. Delegado de Higiene, ela deve ser declarada interdita por ser insalubre e, 3º deve sofrer reformas urgentes”.

Theodoro Bayma, então inspetor sanitário do 3º distrito, foi convidado por Emílio Ribas a dar sua opinião sobre a casa:

“tenho a informar que há muitos meses foi a proprietária intimada para efetuar melhoramentos no prédio, o que não teve lugar por ser aquela uma miserável africana muito velha e sem recurso de espécie alguma, razões estas que calaram em meu espírito e me tem

obrigado a tolerar tais prédios, exigindo da pobre velhinha o máximo asseio compatível com suas posses. Justificada assim a tolerância de minha parte para com ditos prédios, declaro-me de pleno acordo com o Dr. engenheiro municipal e, ainda mais, que tais prédios necessitam ser demolidos”.

Em vista das declarações de Bayma, o assunto acabou arquivado na intendência e a pobre mulher continuou a viver em sua humilde e insalubre casa. (**APHC**, cx 1897/02, pasta out.)

Casos como esses, certamente, não eram a maioria e muitas casas foram demolidas ou interditadas na cidade e várias permaneceram fechadas por anos, sem que seus donos tivessem recursos financeiros para reformá-las ou adequá-las ao que prescrevia o Código Sanitário.

Além de gerar prejuízos aos proprietários, que não tinham condições de realizar as reformas exigidas pela Comissão e diminuir a oferta de habitações na cidade, as interdições expunham os imóveis à deterioração e à ação de ladrões e vândalos. Foi assim que portas e janelas dos prédios números 17, 19, 21 e 23, interditados pela Comissão Sanitária na rua Santa Cruz, desapareceram em maio de 1902. Referindo-se a esse roubo, o delegado de polícia “recomendou a máxima vigilância por parte das patrulhas, mormente nas casas que, por medidas higiênicas, se acham interditadas e que não podem ser guardadas por praças de polícia, devido à insuficiência do destacamento”. Aquelas casas, pertencentes a Frederico Giovanetti, estavam fechadas desde primeiro de junho de 1899. (**Cidade de Campinas**, 15 e 16/05/1902, p.1 e p.1. **APHC**, cx 1900/02, pasta nov.)

Mas não eram apenas as moradias que recebiam a visita, pouco bem-vinda, da Comissão Sanitária ou do engenheiro da Câmara. A padaria que funcionava na casa de “construção antiga” na rua Regente Feijó n.º 64 em 1897, foi interditada por violar as leis municipais e o Código Sanitário em seu capítulo XI. Afirmou Daufresne que: “É indispensável que os preceitos das leis sejam rigorosamente observados nas fábricas de gêneros alimentícios, os quais concorrem em proporção importante para a saúde pública”.

Mas houve quem discordasse abertamente das determinações da Comissão Sanitária. Jacinta Vieira da Silva, moradora na rua Marechal Deodoro

n.º 15, foi intimada pela Comissão a fazer reformas em sua casa como arrancar o assoalho para cimentar o solo e depois colocá-lo de volta, cimentar a cozinha e a casa da latrina sob pena de multa. Indignada, oficiou ao intendente afirmando que não poderia fazer as reformas “porque julga não haver necessidade, e para comprovar o que alega vem requerer a Vossa Senhoria que se digne a ordenar ao engenheiro da municipalidade para proceder uma vistoria no referido prédio, dando em seguida seu parecer por escrito do que encontrar no prédio, parecer que a suplicante pede lhe seja entregue para fazer o uso que lhe convier”. O pedido de Jacinta, é claro, foi indeferido mas evidencia a resistência dos hábitos... Como afirmou o intendente Vieira Bueno, “nesses trabalhos há o risco de provocar conflitos”. Um pouco dessa história podia ser materializado, visto, nas demolições então realizadas. (**APHC**, cx 1897/02, pasta set.)

Depois de fazer visitas domiciliares na área do Largo Correa de Mello em março de 1901, a Comissão Sanitária deu seu veredito relativo à inúmeras casas em ofício à intendência: “Achando-se em péssimas condições de higiene e ameaçando iminente ruína algumas casinhas da rua Benjamin Constant números 38 a 60, solicito-vos sejam as mesmas interditas e vistoriadas pelo engenheiro municipal, e intimados os proprietários a demolí-las porquanto não julgo passíveis de reforma alguma”. Pelas informações do relatório do então engenheiro municipal, Verginaud Neger, é possível saber alguns detalhes sobre aquelas casas. Dos números 50 a 60 eram todas de pau-a-pique, “são prédios pequenos e servem de habitações a grande número de pessoas pobres”. As casas de números 38 a 48 tinham suas paredes frontais de tijolos sendo que as demais paredes eram de pau-a-pique. “São também casas pequenas, sem condições de higiene como as primeiras e servem para moradia de indivíduos pobres”. (**APHC**, cx 1900/02, pasta nov.; cx 1901/01, pasta mar.) Naquelas vizinhanças do Largo Correa de Mello, muitas casas da população mais humilde foram erguidas sobre o solo úmido, em um tempo em que o largo constituía um grande brejo e era considerado nada mais que um depósito de lixo e um foco de miasmas. A cidade estava mudando fisicamente com a atuação das autoridades sanitárias e tais casas de pau-a-pique com gente vivendo em total promiscuidade violavam normas

higiênicas e o bom gosto, sem falar nas questões relativas ao decoro público. Demolir tais habitações e expulsar dali os “indesejáveis” constituía, na visão dos defensores da civilidade e da racionalidade, uma ação de triplo benefício: higiênico, estético e moral.

Os arredores dos largos Correa de Mello e Carlos Gomes tiveram demolidas um grande número de casas antigas de pessoas pobres, muitas delas negras, mulatas e imigrantes. Assim, a mesma população que recebeu alegre e confiante a Comissão Sanitária em 1896, acabou solicitando formalmente que seus membros a deixarem a cidade em 1903:

“Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado de São Paulo. Venhamos por meio desta pedir-lhe uma graça a favor deste pobre povo campineiro : para dispensar a Comissão Sanitária desta cidade porque atualmente eles aqui não têm mais o que fazer e estão transtornando a pobre humanidade fazendo constantemente muitas intimações fora da lei e multando injustamente, de maneira que os pobres proprietários estão metidos em uma tortura porque as intimações que eles fazem são enormes e sem necessidade alguma. (...) Temos fiscais da Câmara que são suficientes para zelar da saúde pública e, ao mesmo tempo, a Câmara nomeará uma inspetoria de quarteirões e cada cidadão nomeado auxiliará a limpeza pública sem gasto, e assim acabará essa miséria que está atualmente em Campinas. (APESP, of. div. Cps, nº 6736, lata 131, maço 129. Prot.19/11/1903)

Mas, a “pobre humanidade campineira” não foi ouvida — pelo menos naquela ocasião. E as marcas deixadas pela atuação da Comissão Sanitária permaneceriam na cidades pelas décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado de São Paulo - Ofícios Diversos de Campinas, século XIX-APESP
Arquivo Público e Histórico de Campinas – Caixas (pastas), século XIX - APHC
Atas da Câmara Municipal de Campinas – século XIX - APMC
Câmara Municipal de Campinas, Leis, provimentos, resoluções e regulamentos promulgados em 1894, 1895, 1896 Campinas, Tip. Livro Azul, 1894,1895,1896 - **CMC**
CARNEIRO, A. **Histórico da epidemia em Campinas. 1889/1890**, Campinas, Tip. Cardona, 1891
DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
Intendência Municipal de Campinas, Resoluções relativas aos anos de 1890 a 1892, Campinas, Tip. Livro Azul, 1900 - **IMC**
Jornal **Cidade de Campinas**
Jornal **Diário de Campinas**

Bibliografia

ALMEIDA, M. de. **República dos invisíveis: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917)**.Bragança Paulista: Edusf, 2003
ANDRADE, C. R. M. de. **A peste e o plano. O urbanismo sanitarista do Engº Saturnino de Brito**. 1992, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo
BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil** Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz; Ed.UFRJ, 1999
CORBIN, A. **Saberes e odores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
LAPA, J. R. do A. **A cidade os cantos e os antros**. Campinas, 1850/1900. São Paulo: Edusp, 1996
MARTINS, V. **História de compra e venda. Mercados e abastecimento urbano em Campinas, 1859/1908**. 2001, Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo
MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos**. Campinas: Publicações CMU/Unicamp, 1996
RIBEIRO, M. A. R. **História sem fim... Inventário da saúde pública**, São Paulo, Ed. UNESP, 1993
ROCHA, O.P. **A era das demolições** 2ª ed. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, 1995
SANTOS FILHO, L. de C. e NOVAES, J. N. **A febre amarela em Campinas. 1889/1900**, Campinas, CMU/UNICAMP, 1996
SEMEGHINI, U. **Do café à indústria** Campinas: Ed.Unicamp, 1991
TELAROLLI JR, R. **Poder e saúde. As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo**, São Paulo, Ed. UNESP, 1996